

Decreto nº 32/2011

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. Carlos Américo Grubert, Prefeito do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Leis, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município. DECRETA:

Publicada em 08 de junho de 2011

Art. 1°.

Fica aprovado o Regimento Interno do CMDPI - Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 2°.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA - JARDIM/MS

O Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), por deliberação de seus membros, formula o seu regimento interno, na forma do dispositivo da Lei Municipal nº 1495/2010 consoante as seguintes disposições:

Capítulo I

DA NATUREZA

Art. 1°. -

O presente regimento define, explicita e regulamenta as atividades, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 2°. -

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa é órgão interlocutor de caráter deliberativo, vinculado à Gerência Municipal de Assistência Social e permanente, com representação paritária incumbido de estabelecer as diretrizes e metas da política municipal do idoso.

Capítulo II

DAS FINALIDADES

Art. 3°. -

O Objetivo do Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa:

1 -

Propor a política municipal do idoso, que vise o exercício da cidadania, a proteção, assistência e a defesa dos direitos dos idosos;

II -

Articular e apoiar projetos e atividades que levem o idoso a participar da solução dos seus problemas;

III -

Opinar, quando solicitado, sobre os critérios de atendimento e os recursos financeiros destinados pelo município às instituições que prestam serviços a terceira idade e aos idosos;

IV -

Organizar campanhas ou programas educativos, para a sociedade em geral, com vistas à valorização dos idosos e a velhice saudável;

V -

Estimular a criação e a mobilização de organizações e comunidades interessadas na problemática do idoso;

VI -

Promover o desenvolvimento de projetos que obtiveram participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

VII -

Incorporar preocupações manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias, que sejam encaminhadas;

VIII -

Promover o atendimento domiciliar e asilar, quando necessário.

Capítulo III

COMPOSIÇÃO

Art. 4º. -

O Conselho Municipal do Idoso será composto de cinco membros dos quais serão representados pelas entidades não governamentais, ligadas à área do idoso e cinco membros indicados pelo poder público, através de suas secretarias; todos nomeados pelo prefeito.

1 -

O presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa bem como os demais membros da diretoria, serão eleitos pelos conselheiros;

III -

O presidente será escolhido entre os Conselheiros da Sociedade Civil.

Art. 5°. -

No caso de impedimento, licença, afastamento temporário ou definitivo de um de seus membros, o presidente convocará o suplente.

Art. 6°. -

O conselheiro que faltar sucessivamente e sem justificativa a três reuniões consecutivas ou cinco vezes não consecutivas, perderá o mandato; salvo quando estiver presente o suplente.

Art. 7°. -

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa terá uma diretoria executiva, composto por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a) e Vice Secretário(a).

Art. 8°. -

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa é órgão consultivo e deliberativo nas decisões tomadas em reuniões ordinária e extraordinária por seus membros, quite com suas obrigações.

Art. 9°. -

O conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa da Idosa buscará auxílio de equipes técnicas de trabalhos disponível no município quando for necessário, no caso equipes que compõem a rede no atendimento à pessoa idosa.

Art. 10 -

A diretoria executiva coordenará e executará as decisões do conselho.

Capítulo IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11 -

Compete ao presidente:

۱ -

Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho e da diretoria executiva;

II -

Submeter a apreciação, discussão e deliberação os assuntos da pauta;

III -

Assinar o expediente do Conselho;

IV -

Encaminhar para a execução as decisões do conselho;

v -

Representar o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idoso toda vez que o cargo o exigir;

VI -

Garantir as dinâmicas das reuniões;

VII -

Exercer o voto de qualidade, sempre que houver empate;

VII -

Solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do conselho.

VIII -

Assinar cheques bancários e demais documentos que impliquem em responsabilidade financeira para o Conselho juntamente com quem de direito.

Art. 12 -

Compete ao secretário:

1 -

Elaborar a pauta da reunião de acordo com o presidente, enviando-as com antecedência de 03 (três) dias aos conselheiros;

II -

Lavrar e subscrever, juntamente com os demais membros as atas das reuniões;

III -

Preparar, expedir, receber e arquivar a correspondência do Conselho;

IV -

Organizar, escriturar e manter sob guarda no arquivo os livros do Conselho;

V -

Assessorar sempre que for necessário o Presidente do Conselho Municipal do Idoso;

Parágrafo único. -

Na falta dele será substituído pelo vice-secretário.

Art. 13 -

O expediente do Conselho Municipal do Idoso compreende:

۱-

Organização do cadastro dos Idosos;

II -

Responsabilizar-se pelo expediente;

III -

Atender aos pedidos do Conselho, sobretudo colaborando com a execução das decisões;

IV -

Colaborar com a rede de atendimento à pessoa idosa.

Capítulo V

DAS REUNIÕES

Art. 14 -

O Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa se reunirá ordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por um terço dos representantes presentes.

Art. 15 -

As reuniões só poderão ser realizadas com a presença, no mínimo de um terço dos conselheiros.

Art. 16 -

Cada reunião será de acordo com a pauta.

Art. 17 -

As matérias voltadas serão transformadas em resoluções e levarão sempre o aval do presidente.

Art. 18 -

Os projetos ligados às secretarias do município para serem incluídos na previsão orçamentária, devem estar prontos para a aprovação do Conselho Municipal do Idoso no 1° semestre do ano corrente.

Capítulo VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 19 -

O Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados à implantação e à implementação da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Pessoa Idosa, vinculado à Gerência de Assistência Social, cuja competência será de administrar os recursos, após deliberação do Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1° -

Os recursos de que trata o caput destinam-se a apoiar financeiramente a execução dos programas, projetos e atividades que tenham como objetivo assegurar direitos, garantindo a proteção integral à pessoa idosa; efetuar estudos e diagnósticos; promover a formação de pessoal; a divulgação dos direitos da pessoa idosa e o reordenamento institucional.

§ 2° -

Os recursos destinados ao financiamento de programas governamentais de âmbito municipal, serão repassado ao Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 20 -

Constituem recursos do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

۱-

dotação consignada no orçamento do Municipal e créditos suplementares que lhe forem destinados;

II -

repasse de recursos financeiros de órgãos federais;

III -

doações de entidades nacionais, internacionais e multilaterais, governamentais ou não-governamentais;

IV -

rendimentos das aplicações realizadas pelo Fundo;

V -

auxílios, subvenções ou transferências dos governos federal ou estadual;

VI -

legados, doações e outras receitas que, legalmente, lhe possam ser incorporados;

VII -

valores provenientes de multas decorrentes de condenação em ações cíveis e criminais oriundas da Comarca de Jardim/MS ou de imposição de penalidades administrativa;

VIII -

outros que venham a ser instituídos.

Art. 21 -

O saldo financeiro do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, apurado em balanço no final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte.

Art. 22 -

São atribuições do órgão executor do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

I -

registrar os recursos orçamentários próprios do Fundo ou a ele transferidos por meio de convênios ou por doação, em benefício da pessoa idosa pelo Estado ou pela União;

II -

manter o controle contábil das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das deliberações do CMDPI/MS;

III -

executar o cronograma de liberação de recursos específicos, segundo Plano de Ação aprovado pelo CEDCA/MS;

IV -

apresentar, trimestralmente, na reunião do CMDPI/MS o registro dos recursos captados pelo Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, bem como seu destino;

V -

apresentar, para aprovação do CMDPI/MS, o Plano de Ação, o Plano de Aplicação e a prestação de contas, conforme a origem das dotações orçamentárias.

Art. 23 -

Em relação ao Fundo, compete ao Conselho:

1 -

estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;

II -

acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros;

III -

avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual;

IV -

solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades do Fundo;

V -

mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações;

VI -

fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do Fundo.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 -

O presente regimento interno poderá ser alterado somente através de proposta escrita de um terço dos membros e com antecedência de quinze dias, colocado em votação; a proposta será aprovada pelo mínimo de dois terços dos conselheiros.

Art. 25 -

Os casos omissos neste, serão resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária pela maioria absoluta dos conselheiros.

Art. 26 -

Este regimento interno aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa entra em vigor na data de sua publicação, mediante decreto do Prefeito Municipal.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, EM, 08 DE JUNHO DE 2011.

CARLOS AMÉRICO GRUBERT

Prefeito Municipal